



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLOS SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: Universidade de São Paulo – USP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Acesso a ata e a processo administrativo. Atendimento da demanda. Documento em fase de conclusão. Fornecimento após restrição temporária de acesso. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 346/2018

1. Tratam os presentes expedientes de pedidos formulados à Universidade de São Paulo, número SIC em epígrafe, para acesso a ata de reunião e a processo administrativo.
2. Em resposta, o ente enviou a ata da reunião e afirmou que o expediente administrativo solicitado encontra-se em andamento para tomada de decisão junto à instância recursal, com acesso restrito temporariamente, informando-se que o mesmo será concedido após a decisão. Em recurso, manteve-se o entendimento. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Para analisar a presente situação, vale recordar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da Administração Pública, tendo por escopo o acesso à informação disponível, nos termos do artigo 11.
4. Como se sabe, a Lei de Acesso à Informação permite que o acesso pretendido seja postergado caso se configure a hipótese do artigo 7º, §3º, bem como o Decreto Estadual nº 58.052/2012, no artigo 10º, §3º, a preceituar temporária restrição de acesso sobre os procedimentos e os documentos que fundamentam o ato decisório, sendo a publicidade garantida logo após a edição do mesmo.
5. Conforme afirmou o ente, desde que verificado o encerramento da instrução do processo e imediatamente após a prolação da decisão competente, revela-se possível o atendimento da solicitação, pois presentes as condições legalmente estipuladas,

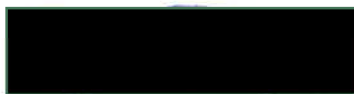


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

desde que inexistam outras hipóteses de restrição de acesso ou sigilo nos documentos.

6. Diante do exposto, tendo a Universidade atendido ao pedido para acesso à ata e facultado o acesso ao expediente após a decisão no mesmo, conforme as previsões legais, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 26 de novembro de 2018.



MANUELLA RAMALHO
RESPONDENDO PELA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL